



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2007

Acta n.º 16

Ao décimo quarto dia do mês de Maio do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na Sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de sete de Maio, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sobre a versão integral do Relatório do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, nos termos do Art.79º da D.L n.º380/99, de 22 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Nomeação de 9 cidadãos de idoneidade reconhecida para integrarem o Conselho Municipal de Segurança nos termos da alínea j) do n.º1 do Art.5º da Lei n.º32/98, de 18 de Julho; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Albufeira nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Constituição do Direito de Superfície a favor da Associação Sócio-Cultural e Recreativa Amigos da terceira Idade de Albufeira - prédio sito na freguesia de Ferreiras, nos termos da alínea i) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei n.º5ª/2002 de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal Regulamento de Exploração e Funcionamento da Estação Central de Camionagem de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, David Martins, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira (21:46h), Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Nelson de Melo (21:50h), Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Ferreiras, Fernando

Manuel de Sousa Gregório, de Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma, e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e o Secretário da Junta de Freguesia de Albufeira, Marcos Manuel Madeira Bila. -----
 Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo (21:50h), António Gonçalves e Carlos Quintino (22:00h), e em regime de não permanência, os vereadores, Fernando Anastácio e Mário Alves. -----

FALTAS: Francisco João Magalhães Calhau, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Pedro Manuel Trovão Ferro. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face ao pedido de substituição apresentado pelos membros Francelina Lourenço, Ana Cristina dos Santos Vieira (membro suplente), Pedro Ferro e Euridice Eugénia Mendes Vieira (membro suplente), foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, aos membros, David Martins e Nelson António de Melo. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão e passa a palavra ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Ventura - Eu penso que o Homem deve ter a humildade de pedir desculpa quando nos manda para o menino Jesus. Bastava essa pessoa vir perto de mim e pedir desculpa, não tem de ser aqui, à frente de todos. Já não falarei mais deste assunto aqui neste sítio, mas lá fora, falarei até que a voz me doa. O Sr. Presidente, da outra vez, falou que o lancil ia ser feito. Não peço para fazer o lancil, Sr. Presidente! O lancil foi feito à sete anos. Fizeram do lado da frente e do meu lado não foi feito. Conclusão: quem tem perdido, tenho sido eu, porque os clientes quando passam naquela local, não passam em frente à minha porta, passam para o outro lado. Além do lancil, foi-me retirado terreno, como eu já referi. Estou aqui mais uma vez a pedir um inquérito aos terrenos. As pessoas tinham terrenos e não puderam construir, depois os terrenos foram vendidos. Posso falar do meu terreno, do Sr. Amâncio. Estou aqui deste lado e, olho para a esquerda, faz parte da Câmara, olho para a direita, é oposição, e eu pergunto como democrata, será que as pessoas aqui não se aperceberam do que se passou comigo, o que se passa em Albufeira? O que é que fazem para que estas coisas mudem? Eu não venho pedir nada a ninguém, apenas venho exigir algo que tenho direito! Quando há pessoas que fazem residência, porque têm primos na Câmara, quando há vereadores que se apoderaram do serviço camarário. Outro caso, Sr. Presidente está ao corrente, o Sr. Simão Xufre que fez um aldeamento num terreno, onde depois foi colocado um cabo de Alta Tensão e queriam obrigar o Senhor a pagar as despesas por ter retirado o cabo, alegando que era um caminho. Há outros vereadores, o Sr. Correia, o Sr. Pescada, que depois de saírem daqui, acabaram por fazer aldeamentos. Eu vi os outros fazerem e, eu não fiz. Em França, um Presidente de Câmara com oitenta mil pessoas ganha mil novecentos e tal euros por mês, eu não vou perguntar quanto é que o Sr. Presidente ganha, mas vi há dias uma pessoa estar a "chorar" porque tinha direito como Presidente de Junta de Freguesia a um subsídio de reunião. Eu também quero um

subsídio, uma vez que também venho cá falar! Posso mostrar o dinheiro que tenho no banco desde que vim da França, o que eu tenho e o que eu tinha. O que eu venho falar agora aqui é de, o alinhamento do meu terreno, a situação que me fizeram e, pergunto se o terreno do meu lado também não deveria ser de seis metros e meio. Eu não peço seis metros e meio e em vez de fazer uma linha recta fizeram um curva. Se o Sr. Presidente da Assembleia me permite, entrego o alinhamento dado pelo Sr. Xufre sobre a minha situação, a si, aos senhores representantes de cada partido e aos vereadores (doc.1). -----

191



S. R.
CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
SECRETARIA
CÓDIGO POSTAL 8200

EXMO. SENHOR
CARLOS JOSÉ VENTURA
PRACETA DOS CALIÇOS, 1º ESQ.

8200 ALBUFEIRA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

/Obs.Pº 509/79

DATA

-6. OUT. 1983

ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM MURO - SESMARIAS

Sobre o requerimento apresentado por V. Exa. a
26/8/83, respeitante ao assunto em epígrafe, recai o seguinte despacho a 6/10/
/83:

" Deferido nos termos do parecer técnico."

PARECER TÉCNICO: Não se vê inconveniente nas seguintes condições:

- 1 - Que o muro seja implantado a mais de 6,00 metros do eixo do caminho público.
- 2 - Que este alinhamento seja fornecido pelos Serviços Camarários.
- 3 - Que não tenha mais de 1,20 metros de altura.

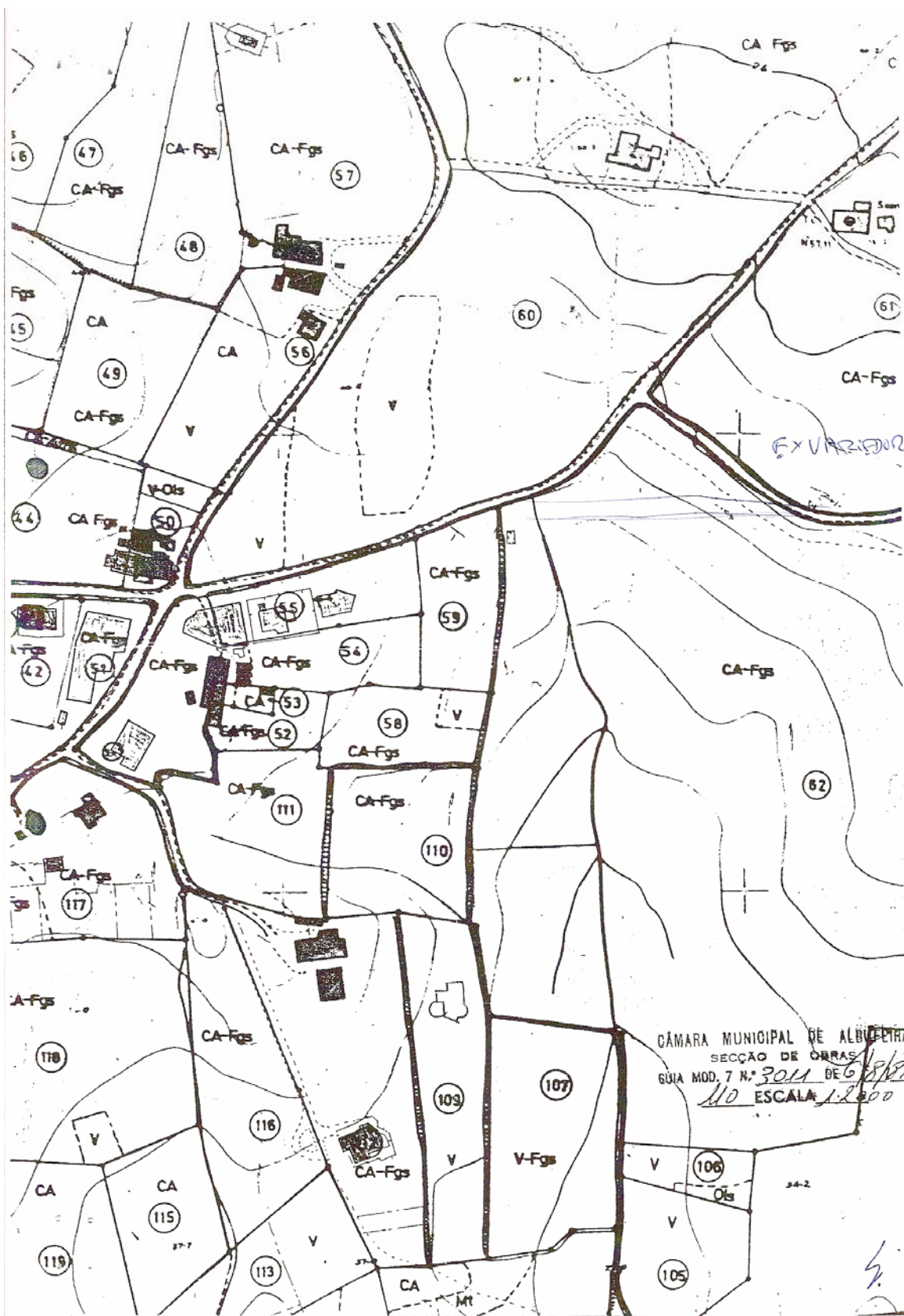
Com os meus cumprimentos,

do PRESIDENTE
Xavier Vieira Xufre

XAVIER VIEIRA XUFRE

LG.-

Format



Quando eu vejo aqui as pessoas e a forma de falar, peço desculpa, mas parece-me que há uma falta de respeito para a população, porque, quando se faz o que me fizeram e a centenas e milhares de pessoas, aqui na região de Albufeira, é o país que não desenvolveu. E se acham que isto é normal, como representantes do povo!? Termino e se houver uma outra oportunidade, eu falarei. Se eu poder vender o que tenho, deixo

Albufeira para vocês todos. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Presidente da Câmara - A carta remetida pelo Dr. Geraldês Simões tem a ver com a necessidade que havia de todos os utilizadores das piscinas municipais terem de apresentar atestado médico. Havendo alteração na Lei, o que nós fizemos foi, de imediato alterar o procedimento, que veio à Reunião de Câmara e neste momento está tudo ultrapassado. Quando a carta chegou já o processo estava resolvido. Agora, o utente assume essa responsabilidade. Nós próprios entendemos assim, porque era quase humanamente impossível os médicos darem resposta a todos esses atestados e assim que tivemos conhecimento dessa alteração, corrigimos o procedimento e veio à Câmara. A carta chegou no dia seguinte de termos já deliberado nesse sentido. -----

Presidente da Assembleia - Em sede de correspondência também chegou hoje um ofício da Câmara relativamente ao Polis sobre uma questão de expropriação em relação ao Inatel, em que temos aqui um valor de indemnização que passou de setecentos e trinta e quatro mil euros para, segundo o acordo de peritagem, dois milhões cento e setenta mil euros e oitocentos e vinte e dois, dá uma diferença de um milhão, trezentos e vinte zero noventa e sete. Isto tem a ver com o campo de futebol. Também é solicitado uma posição aqui da Assembleia., uma vez que tem natureza pública. Há que ver alguma utilidade sobre isto, uma vez que este valor disparou, exponencialmente. É engraçado, estamos a falar de um Plano que é do Estado e é um organismo que é do Estado que se dá ao luxo de não só atravancar uma situação destas durante X tempo, como ainda agora vêm cair em cima do Município com uma expropriação de valores especulativos. Eu espero que a Câmara esteja a fazer a impugnação deste valor e eventualmente poderá haver aqui, ainda vou verificar o assunto, algum interesse a nível de processo mas também a nível político, de haver um pronunciamento sobre esta matéria. Inclusive, como já disse, ainda não vi bem os documentos, mas dá-me a ideia que estes valores de expropriação são com base numa classificação de uma zona urbana, susceptível de edificação com parâmetros de construção genéricos, quando ali e face ao Plano, a única coisa que pode lá ser feita é um parque de estacionamento, ponto final parágrafo. Ainda vou ver este processo todo. Não se pode, partir do princípio que está genericamente em zona urbana, e depois dá-se um valor ao terreno urbano, sem que esse valor esteja condicionado ao seu fim específico. A nível de Plano está bem definido, ainda vou ter de ler o documento para saber se virá ao cuidado desta Assembleia. Se entender que sim, ou se algum dos membros da Assembleia, entender que sim, poderá eventualmente promover-se uma Assembleia extraordinária. De qualquer modo, fica já à vossa consideração essa possibilidade e podem pedir uma cópia do processo para todos poderem estudar o assunto. Penso que é um assunto de interesse municipal, com bastante importância. ----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, só um esclarecimento. Na eventualidade de a Câmara Municipal recorrer desta decisão que falou agora, há necessidade de fazer depósito de caução? -----

Presidente da Assembleia - Há! Com certeza. -----

Presidente da Câmara - Nós fomos surpreendidos com esta questão e, obviamente, uma das preocupações que se colocou foi, além de se tentar fazer o processo de impugnação, isto é um processo que é feito no âmbito da Sociedade Polis, portanto, está a ser preparada a contestação em relação a esta notificação e a este acórdão. O facto é que, em doze dias tivemos de arranjar forma de assumir um milhão, quatrocentos e quatrocentos e vinte e oito mil para fazer o depósito. Se bem sabem, todos os valores das expropriações são da responsabilidade da Câmara Municipal. Esta avaliação veio mais do que todas aquelas suposições que eram previstas. Portanto, vai ser feito o depósito, porque vai ser amanhã uma alteração de maneira a se arranjar a verba necessária para cumprir essa exigência e, obviamente, será feita a reclamação. Até porque grande parte daquele terreno, como sabem, é um parque de estacionamento e uma rotunda. A contestação vai seguir! Eu penso que um terreno que foi entregue ao Inatel nos meados de 1960. É assim. -----

Vereador Fernando Anastácio - Peço autorização ao Sr. Presidente, que enquanto Vereador, disponha uma informação relativamente a este assunto. -----

Presidente da Câmara - Não tenho objecção nenhuma. -----

Fernando Anastácio - Precisamente hoje, tive oportunidade de constatar e analisar, os documentos que estão na ordem de trabalhos para a Reunião de Câmara para amanhã, sobre este assunto em concreto. E particularmente tive oportunidade de verificar e a questão foi muito bem posta como pertinente à Assembleia Municipal, segundo me percebi remetido pelo Vereador Carlos Rolo, porque de facto, é inconcebível o que está naquela Comissão de Arbitragem. Primeiro, digo-vos que foi votado por unanimidade. Ou seja, o avaliador nomeado pela Sociedade Polis Albufeira, votou a favor. Segundo, a avaliação inicial foi feita considerando, de facto, que aquilo é um terreno para construção urbana. De acordo com o plano de Urbanização da Frente Mar, aquele terreno é para construção, nomeadamente, para parque de estacionamento. E foi avaliado em termos de código de expropriações, como um terreno para construção e aplicado os coeficientes do código de expropriação valorizando o terreno em 23,5%. Foi esta a primeira avaliação e foi com base nisto que se obteve os setecentos e tal mil euros. Eu acho inconcebível que nesta Comissão de Avaliação, se use como referência o valor patrimonial, fazendo uma projecção, que é uma projecção pura e simples, daquela que nós fazemos para ver o valor do IMI, considerando aquele terreno como construção para habitação. Isto é o que lá está! Portanto, eu não consigo entender como é que, ainda por cima uma Sociedade Polis, que paga um perito, que representa os interesses também do município, e sabendo de ante mão que o município é responsável por o pagamento dos valores das indemnizações, o seu avaliador naquela Comissão, colabora com uma coisa de que não há um único exemplo. Eu mostro-vos posições do mesmo avaliador, que em casos de planos de expropriação tem um procedimento completamente diferente. Ou seja, o valor patrimonial, não é um valor de referência. E

ainda por cima, assume que o valor patrimonial, de acordo com o que diz no código, aproximadamente será 90% do valor do prédio e, portanto, classifica aquilo em 90 e ainda valoriza para 100%. A Assembleia Municipal deve estar atenta, e a Câmara Municipal também, porque, de facto, o que está aqui é uma perfeita conluio, assumo a dizê-lo, entre quem está a apoiar na Comissão de Peritagem, um valor que não tem correspondência nenhuma em nenhuma circunstancia actual. Deixo claro isto aqui, porque acho que devemos tomar uma posição unânime e honesta, porque o que está em causa são os interesses do município. -----

Presidente da Assembleia - Veio muito bem trazido aqui à Assembleia. É um assunto que, de facto, tem todo o merecimento de vir aqui à Assembleia, até porque temos aqui pessoas de toda a valia para apreciar. Eu não me podia pronunciar dessa forma, não li o documento, acabou de chegar, mas numa primeira vista de olhos e daquilo que ouvi do Sr. Presidente e do Sr. Vereador Carlos Rolo, fiquei mais ou menos com esse tipo de percepção. E portanto, eu penso que, poderá haver, fica na iniciativa de todos os membros desta Assembleia e também da minha, o ajuizarmos se isto tem justificação de procedimento para uma Assembleia extraordinária, até com algum carácter de urgência, porque a ideia será que, a deliberação que daqui saia será pública como todas e, eventualmente, poderá ingressar, como pública que é, dentro do processo de expropriação. Portanto, essa será a grande utilidade, eventual, de uma deliberação desta Assembleia. Eu, como já disse, quero tomar conhecimento, mas ainda não me posso pronunciar com algum juízo de ponderação sobre o assunto, mas agradeço a todas as forças aqui presentes que estudem o assunto e, se necessário for, reunirmo-nos com brevidade, nem que sejam só os líderes de bancada para se deliberar o facto de podermos ir para a frente rapidamente com uma Assembleia, sem prejuízo de eu próprio também poder vir a tomar essa iniciativa, mas os Senhores todos têm todo esse direito próprio. -----

Presidente da Câmara - O Vereador Fernando Anastácio foi muito claro na forma como utilizou a sua intervenção. E obviamente, a partir do momento que eu verifiquei que o próprio avaliador tinha sido, por unanimidade, foi pedido de imediato também ao Parque Expo, que vai fazer a resposta em termos daquilo que é a construção jurídica, se verifica-se também as condições em que avaliador tomou aquela posição. Este é o ponto da situação. É inconcebível e deve ser uma situação única no mundo. É uma coisa que não cabe na cabeça de ninguém. E deve haver, com certeza, meios e formas dos próprios avaliadores serem chamados à praça, por situações de incumprimento e de desrespeito por aquilo que são as regras normais das avaliações. Mas, esse procedimento está a ser tido em conta e, o procurarmos trazer isto aqui à Assembleia Municipal, foi exactamente para vos colocar a questão, para dizer que há uma injustiça muito grande neste processo e que, obviamente, iremos recorrer a todos os meios. Porque, as verbas que têm de ser depositadas, obviamente, não podem ser canalizadas para outros investimentos, investimentos estes que são necessários no concelho de Albufeira. E, ainda, sendo uma entidade do Estado, o que é uma coisa inadmissível em qualquer situação. -----

Presidente da Assembleia - O ridículo é que, isto é um Plano do Estado, Polis, e o próprio "filho" do Estado faz este tipo de procedimentos, além de o atravancar em relação a todo o projecto. -----

Francisco Oliveira - Se é verdade que esta questão se coloca, e está confirmada por peritos avaliadores por parte da Sociedade Polis tecer favoravelmente, eu só espero e não quero ser arauto de más notícias, que não se aplique aqui a mesma regra que se aplica ao processo fiscal. Quando o avaliador vota favoravelmente, a contestação tem alguma dificuldade em vincar, portanto, se assim é, juridicamente, até podemos ter algum problema. Espero que não. -----

Presidente da Assembleia - Nós aqui na Assembleia não temos problema nenhum, juridicamente. Nós somos uma Assembleia política, portanto, juridicamente, por ai estou descansado. A minha questão, é a utilidade da eventual deliberação da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - Eu estava a colocar a questão numa outra perspectiva. -----

Presidente da Assembleia - Eu percebi a sua questão! -----

Fernando Cabrita - Mas para além desse documento estar à disposição de todos os membros da Assembleia, não seria preferível, dada a importância do assunto, o Sr. Presidente tomasse a iniciativa e fazer chegar a todos os membros uma cópia do documento? -----

Presidente da Assembleia - Amanhã será enviado para todos uma cópia deste processo. Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia encerra o período da Leitura da Correspondência e passa-se ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sobre a versão integral do Relatório do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, nos termos do Art.79º da D.L n.º380/99, de 22 de Setembro; --

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. -----

O que se passou aqui, foi uma coisa simples, e os Senhores têm todo o direito a uma explicação. Após a nossa deliberação em Assembleia, da aprovação do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, recebo um pedido, proveniente do Gabinete Polis, para uma certidão. Naturalmente, dei instruções à nossa secretária para tirar cópia da deliberação que aqui tomámos com os documentos que nos foram enviados e dar a respectiva certidão ao Gabinete Polis. Resposta: não, porque agora nos tinham enviado uns exemplares a cores, tipo original, e para mandar para os Senhores Ministros convinha que fosse uma coisa como deve ser, mais bonita. Mas eu, como sou um pouco teimoso, insisti que, o que nós aprovámos é que estamos aptos a certificar. Voltaram a insistir, e eu como sou teimoso mas não em demasia, resolvo dobrar, mas, ordenando antes que fossem conferidos os documentos que nos foram enviados para a Assembleia com os que nos eram remetidos agora, para confirmar se estavam exactamente iguais. Resultado, após conferencia é que faltavam trinta páginas na nossa deliberação do Relatório. O Relatório não é importante, não é propriamente a deliberação. A deliberação foi tomada. Quando muito o Relatório fará parte da deliberação. Agora, eu

não vou certificar um Relatório, se ele não veio aqui à Assembleia Municipal. Faltavam trinta folhas. Portanto, esta é a razão porque eu trago hoje aqui este assunto; para ficar apto a poder certificar a deliberação com todas as peças que fazem parte da deliberação. O Relatório será, digamos que, a parte justificativa da deliberação. Entretanto, foi distribuída uma página, mas essa já não é culpa do Gabinete Polis, foi um lapso aqui da reprografia, faltava a página catorze. É isto que ponho à vossa consideração. -----

Passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Esta deliberação que vamos tomar hoje, é sobre o documento total?

Presidente da Assembleia - O que nós estamos aqui hoje a aprovar é só a versão integral do Relatório do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, o qual tinha vindo incompleto. O restante já tínhamos aprovado. -----

Fernando Neves - Coloca-se uma questão. A CDU votou favoravelmente o outro documento, mas agora observando as obras da Praça dos Pescadores, relativamente à zona da rampa e levantam-se algumas dúvidas e vou fazer algumas observações. Eu já sabia, aquando da aprovação do outro documento, a cota iria ser rebaixada cerca de metro e meio, mas agora tive a observar cá de cima, ficou ao nível do caneiro. Aquela parede não existia e foi feita, precisamente, quando houve uma das cheias e na altura, até foi construída lá uma comporta, que se abria quando havia temporais para a água passar para o ribeiro que existia ali, mas passados alguns tempos desapareceu. Se ficar ao nível daquilo que eu vi, é um convite, para quando haver temporais, o mar entrar e chegar cá em cima à Avenida 25 de Abril. A minha preocupação é essa, ao baixar ali a cota, se houver um temporal forte, o mar entrar por ali a dentro e provocar estragos. Já votei favoravelmente, agora não vou votar ao contrário na deliberação que se vai tomar aqui hoje, mas queria chamar a atenção para isto. Eu ainda não fui lá a baixo, mas parece-me que fica muito baixo, visto que já conheci aquilo antes. Deixo aqui esta observação. O pavimento que lá está também não me agrada. -----

Marcos Bila, Secretário da Junta de Freguesia de Albufeira - Relativamente ao Relatório do Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, não vou falar exactamente sobre a Praça. Queria que me explicassem em relação ao ponto 2.4, do ruído na zona da Av. 25 de Abril, se está alguma coisa programada para ser controlado o barulho que, porventura, vem das actividades de restauração e bares. Isto vem no seguimento de uma carta que enviei para a Câmara Municipal, com conhecimento à Assembleia Municipal. Segundo parece, em relação aos mapas 14 e 15, está a salvar uma zona, e onde é que está a restante zona de habitação? Resumindo, há unidades de diversão nocturna lá em baixo, são azedas e gozeiras, a não respeitar os moradores. Eu já contactei com o proprietário dessas unidades. A partir de uma hora já ninguém vive lá. Queria chamar a atenção para esta situação e saber se existe alguma acção para controlar o ruído. -----

Presidente da Assembleia - No âmbito deste relatório, não é uma questão que esteja bem explícita, mas posso dar algum avanço sobre essa matéria. Foi tomada, recentemente, uma deliberação na Assembleia Municipal sobre a questão do ruído e,

neste momento, também está a ser desenvolvido, pelo menos assim foi pedido e é obrigação legal, que no prazo máximo de dois anos, tenhamos o Plano de Redução de Poluição Sonora. A questão que coloca, é a questão do dia a dia e essa, de facto, já houve aqui uma deliberação na penúltima reunião da Assembleia, sobre essa matéria. E tanto quanto sei, a Câmara Municipal já está a desenvolver algumas acções. Está aqui o Sr. Presidente que pode dizer algo sobre a questão. -----

Presidente da Câmara - Fazer referência à recomendação da Assembleia. Fazer referência às medidas que a Câmara já tomou, mesmo antes da deliberação da Assembleia e depois que a Assembleia fez a recomendação, não só com a intervenção no terreno, também com a notificação e o encerramento de alguns bares, com redução de horários noutros. Esse processo está a evoluir, nomeadamente, o Vereador faz o controlo em termos dos serviços e eu faço as notificações para o encerramento e para a redução de horários. Ainda não chegou a todas, mas chegará aqueles que são os mais prevaricadores. -----

Marcos Bila, Secretário da Junta de Freguesia de Albufeira - É preciso fazer um auto de denúncia das unidades? -----

Presidente da Assembleia - Convém! -----

Marcos Bila, Secretário da Junta de Freguesia de Albufeira - Eu faço questão de ter uma filosofia de boa vizinhança, sempre fui assim, mas se é uma situação necessária, é simples. Obrigado. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: duas (02) Fernando Neves, David Martins, -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Nelson de Melo, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma, Francisco Guerreiro e Marcos Bila. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Nomeação de 9 cidadãos de idoneidade reconhecida para integrarem o Conselho Municipal de Segurança nos termos da alínea j) do n.º1 do Art.5º da Lei n.º32/98, de 18 de Julho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Paulo Freitas - Apresenta proposta (doc.2). -----



Assembleia Municipal de Albufeira

Bancada do Partido Social-Democrata na Assembleia Municipal de Albufeira

Proposta

Relativamente ao ponto nº 2 da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, de 14 de Maio de 2007, os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira, eleitos pelo Partido Social-Democrata, vêm por este meio propor a nomeação dos seguintes cidadãos de idoneidade reconhecida:

Francisco João Magalhães Calhau

José Manuel Bota Sequeira

Carlos Duarte Vieira Gabriel

Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo

Manuel José Guerreiro Gonçalves

Albufeira, 10 de Maio de 2007

CDU

CDU - Coligação Democrática Unitária



PCP-PEV

A B. D. V. - Coligação Democrática Unitária,
propõe para integrar o Conselho
Municipal de Segurança - José
Américo Neres Silva.

Alboreira, 14/5/07

[Signature]

Francisco Oliveira - Apresenta proposta (doc.4). -----

NOTES:

1. FRANCISCO JOSÉ PEREIRA DE
OLIVEIRA
2. JOSÉ GERALDES PEREIRA SIQUEIRA
3. JOSÉ MANUEL BATISTA ~~PEREIRA~~ SAUSOS



ABREU
ADVOGADOS

[Signature]

Presidente da Assembleia - Eu proponha que estas propostas fossem reunidas numa só, PROPOSTA A, e votadas numa só. -----

Todos os membros concordaram. -----

Depois da votação por escrutínio secreto, foi feita a contagem dos votos, a qual mereceu o seguinte resultado: -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA A -----

Vinte e quatro (24) votos a favor -----

Um (01) voto em branco -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Fernando Neves - A proposta votada, era de quem? -----

Primeiro Secretário - É de todos. As propostas foram reunidas, conforme concordado por todos. -----

Fernando Neves - Então, fiz confusão. Pensei que fosse a proposta do PSD, por isso é que há um voto em branco, é o meu. Estava distraído, pensei que iam fazer três votações, uma para cada proposta apresentada. Mas não há problema nenhum. A foi aprovada. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Albufeira nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Paulo Freitas - Só para colocar à consideração a alteração da inclusão do artigo 6º, n.º1, alínea b), "*Clubes e Associações de natureza desportiva, desde que no estrito cumprimento dos seus calendários competitivos, no âmbito dos escalões de, escolas, infantis, iniciados, juvenis e juniores*". Para acrescentar nos escalões, escolas e infantis. -----

Ricardo Silva - Relativamente ao artigo 2º, alínea h) "*Outros*". Sinceramente não sei que entidade é esta "outros". Propunha que fosse retirada esta alínea h). -----

Fernando Gregório Presidente Junta Freguesia Ferreiras - Apresenta proposta (doc.5). -----

PROPOSTA

Reconhece o regulamento de cedência de veículos de passageiros do Município de Albufeira, enviado pela Câmara Municipal para aprovação desta Assembleia, no seu Artº 2º, as entidades, organismos e instituições que contribuem de forma permanente e decisiva para o desenvolvimento social, cultural, desportivo e recreativo da comunidade Albufeirense.

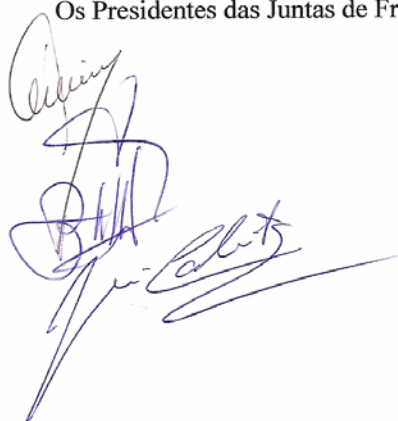
Ora, cabendo às Juntas de Freguesia do Concelho de Albufeira um papel de reconhecida importância no desenvolvimento de todas estas áreas, e reconhecendo a Câmara Municipal este facto através da adição de um novo ponto (nº2) ao Artº 6º conforme sugerido pela Junta de Freguesia de Ferreiras, no período de apreciação pública.

Entendendo as Juntas de Freguesias do Concelho de Albufeira que a redação do nº2 do Artº 6º do regulamento em discussão, limita a cedência dos transportes à Região do Algarve. O que nos parece ter sido lapso, por isso, não prevê o mesmo critério em relação às outras Instituições.

Assim, propomos que a Assembleia Municipal de Albufeira aprove recomendar à Câmara a alteração à redação do nº2 do Artº 6º do Regulamento de Veículos de Passageiros do Município de Albufeira.

Nº 2 “Os pedidos de cedência de viaturas apresentados pelas Juntas de Freguesia do Concelho serão gratuitos para as actividades sociais, culturais e recreativas pelas mesmas organizadas e promovidas.”

Os Presidentes das Juntas de Freguesia:



Paulo Freitas - No que diz respeito a esta última proposta de alteração, queremos que, fica um pouco desprovido de sentido, uma vez que no n.º 5 desse artigo, diz que: *“Caso considere que o motivo que determina a deslocação em causa se reveste de importância para o desenvolvimento do Município e seus residentes, pode a Câmara Municipal deliberar reduzir ou isentar do pagamento de taxas devidas nos termos do numero 2”*; ou seja, se a Câmara entender que o fim que a Freguesia entende como válido, se encontra dentro dos parâmetros que a Câmara designa para regulamento, e

que estão em causa os interesses do Município e dos seus residentes, pode reduzir ou isentar o pagamento. Digamos que, o número 2 é uma regra, tem uma excepção que cabe no numero 5 e, que, obviamente embarca todas as outras situações que não as vertidas na região do Algarve, até para que exista uma questão de salvaguarda e para aquilo que se pretende ser um principio geral de regulamentação na cedência de transportes. -----

Fernando Gregório Presidente Junta Freguesia Ferreiras - Eu não entendo assim, porque no artigo 2º regulamenta quem são as entidades que podem pedir transporte à Câmara Municipal. São estabelecimentos de Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, Escolas do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, Estabelecimentos de Educação de Adultos, Juntas de Freguesia, etc. Também entendemos que, o tratamento no artigo 6º, relativamente ao período de discussão publica do regulamento, a Junta de Freguesia de Ferreiras remeteu para o Sr. Presidente da Câmara aquilo que tinha a dizer sobre o regulamento e esse documento faz parte deste processo. Congratulamo-nos com o regulamento, porque realmente achamos que as coisas têm de estar regulamentadas, cada um tem de saber com que linhas é que se coze. Na primeira versão do regulamento que esteve em discussão pública, as Freguesias não eram contempladas no artigo 6º, e assim sendo a Câmara veio a considerar essa isenção das taxas, só que, ficamos limitados à região do Algarve e não podemos sair daqui. É o nosso entendimento. Como para todas as outras instituições, não se limita à região do Algarve, entendemos nós que, as Freguesias também não devem ser discriminadas, devem ter o mesmo critério. É nesse sentido que a proposta é feita, para ficarem em pé de igualdade com as outras instituições. -----

Presidente da Câmara - Sobre esta questão da cedência de autocarros às Juntas de Freguesia, a preocupação não é discriminar. As Juntas de Freguesia, em termos de comparação com as outras instituições e associações sem fins lucrativos, obviamente têm outra componente. As Juntas de Freguesia são autarquias independentes e que a Câmara Municipal reconhece como parceiras e portanto, também cede os autocarros, primeiro ponto. As Juntas de Freguesia, têm meios e têm forma de, em determinadas deslocações, serem elas também, suportar um pouco aquilo que são as despesas dos autocarros e dos motoristas. Por outro lado, existe outra questão que é, todas essas situações estão salvaguardadas neste ponto2 e, aqui há uma preocupação de também evitar uma situação que pode ser, digamos, um pedido de transporte em paralelo e descontrolado. No lugar de serem feitos os pedidos à Câmara Municipal, depois destes cumprimentos, podem ser feitos através da Junta de Freguesia. Ou seja, pedem às Juntas e depois a Junta pede à Câmara. Há aqui questões que é preciso salvaguardar. Estamos aqui todos de boa fé, todos os pedidos das Juntas de Freguesia são aceites, nunca deixaram de fazer nenhuma viagem por falta de autocarros, só se não houver nas datas que pretendem a disponibilidade. As regras estão definidas para que haja algum cumprimento. As viagens das Juntas, aquelas que estão devidamente identificadas e definidas, dentro destes parâmetros, com certeza que terão a possibilidade de serem isentas. Mas, é uma forma também, de não alargar a instituições que, no fundo só põem o nome e fazem o pedido. É preciso definir regras,

porque não havendo regras nenhuma é muito complicado. Nós, o que nos parece, neste artigo 2, na boa fé e naquilo que é o pedido da Junta, está sempre salvaguardado face à posição social, cultural, ou outra que possa vir à consideração da Câmara. Isto, é para se evitar que as coisas se generalizem e para evitar que qualquer grupo de amigos se junte e peça à Câmara ou à Junta, transporte. Nós sabemos como funciona, todos os dias, somos "bombardeados" com situações deste género. As Juntas não ficam penalizadas, quando fazem os pedidos de transporte dizem para o que é, fundamentam-no como deve ser. Isto define regras e também atira por terra algumas ideias que possam vir a surgir. -----

Fernando Gregório Presidente Junta Freguesia Ferreiras - Eu não sabia que havia Juntas de Freguesia que pediam autocarros que não fosse para serviço próprio! -----

Presidente da Câmara - Eu não disse isso. Eu disse que era para o evitar! -----

Fernando Gregório Presidente Junta Freguesia Ferreiras - Nunca passou pela cabeça de Junta de Freguesia nenhuma fazer uma situação dessas. Se me aparecesse uma situação dessas, dizia para se dirigirem à Câmara Municipal. Esta colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, no uso dos transportes, é uma coisa antiga. Ainda bem que aparece o Regulamento, e referenciei isso mesmo, mas não sei até que ponto a Câmara Municipal poderia colocar no próprio regulamento, que autorizasse as Freguesias a utilizar os transportes para além do Algarve, uma vez que o artigo 6º define que é somente na região do Algarve. É nesse sentido que eu faço a proposta, para retirar a região do Algarve, ficava o restante. E acho que deve ser a própria das Freguesias a controlar situações dessas, as coisas são do município e as Freguesias têm obrigação de preservar aquilo que é do município. -----

Ricardo Silva - Pegava nas palavras do Sr. Presidente, que vai de encontro à minha proposta, quando na parte dos utilizadores, ou seja, para que exista regras, para que exista esse controlo que falou, eu acho que não faz sentido que aqui haja uma alínea que diga "outros". Se assim for, futuramente haverá um regulamento só para regulamentar esta alínea. Se é esse o critério de regras e para que não hajam pedidos descontrolados, como frisou, acho que tem de haver uma política de consenso, para que se defina quem são estes "outros". -----

Francisco Oliveira - Relativamente a esta questão das Freguesias, por análise da alínea c) do artigo 6º, quando fala dos Clubes e Associações, teremos perante a mesma situação. Ou seja, estas entidades, Clubes e Associações, podem fazê-lo, não havendo eventualmente controlo perante o Clube. Penso que neste caso concreto, não vejo razão os Clubes e Associações soa discriminados positivamente e as Juntas de Freguesia negativamente. Não vejo aqui nenhum critério em se possa definir nesse sentido. -----

Adriano Ferrão - Pegando na ideia proposta pelo nosso colega Francisco, se se pudéssemos pôr aqui, associações de natureza social, cultural e de solidariedade. E assim já se fecha em termos de Associação, o tipo de iniciativa. -----

David Martins - Antes de mais, como é a primeira vez que tenho o prazer de participar nesta Assembleia Municipal, desejava boa noite a todos os presentes. As minhas considerações vão ser muito curtas, até porque eu não acompanhei o desenvolvimento

deste regulamento, mas só dizer uma coisa que me parecia minimamente plausível que é, a questão da limitação geográfica no âmbito do Algarve. Efectivamente, para além dos critérios, estará sempre subjacente a limitação geográfica da permissão, ou seja, que a utilização se faça segundo o n.º2 do artigo 6º, na região do Algarve. Ora, isto parece-me um pouco redutor, como sabemos, minimamente, as actividades que são promovidas pela Junta de Freguesia tem uma abrangência territorial superior. Todavia, acho que, de alguma forma a consciência fica tranquila, porque se o Sr. Presidente da Câmara assumiu peremptoriamente que nenhuma das Juntas de Freguesia não terá acesso ao transporte e, portanto, com a boa fé que o Sr. Presidente, com certeza, transmite à Assembleia Municipal esta posição, penso que, naturalmente, fará o esforço e todos nós estaremos à atitude da Câmara Municipal, se cumpre ou não o que promete. -----

Paulo Freitas - Parece-me que a forma de discussão está um pouco desfasada do corpo do artigo. A questão, não é a utilização ou não dos autocarros, dos transportes da autarquia por parte da Junta de Freguesia. É saber se essa cedência é ou não gratuita! Este é o ponto fundamental, ou seja, desde que estejam reunidos os pressupostos previstos, a regra geral, que é o do n.º2, refere que se a cedência for para utilização dentro da região do Algarve, é gratuita. Regra geral, está aqui plasmada e está aqui caracterizada. Abre-se a excepção, que é o n.º 5, em que, sendo que a utilização, por parte das Juntas de Freguesia, se faça fora da região do Algarve, se tal deslocação, ou tal cedência, tenha como fundamento o desenvolvimento do município ou dos seus residentes, a Câmara através de deliberação pode isentar do pagamento correspondente ao que prevê no ponto geral do artigo 6º. Não se trata da utilização por parte da Junta de Freguesia. Não é essa questão em causa. Não é essa a proposta que foi aqui colocada. Foi tão só a utilização gratuita, sem condições. Nós estamos contra isso, porque queremos que haja uma utilização, obviamente, no interesse das populações, mas responsabilizado. Porque se não, qualquer dia estamos aqui a discutir as despesas do município. -----

Fernando Gregório Presidente Junta Freguesia Ferreiras - Os transportes são da Câmara Municipal. A Câmara Municipal cede os transportes se assim o entender, ela não é obrigada a ceder à Junta de Freguesia, os transportes, quando solicitados. Isto é taxativo porque não são as Juntas de Freguesia as proprietárias dos transportes. De facto, deve-o fazer, porque as Freguesias têm Associações Sociais, Culturais e outras instituições. Agora, não pagar na região do Algarve é uma coisa, não pagar no resto do país é outra! E o que eu quero dizer é que, as Juntas de Freguesia não têm assim tanto dinheiro para estarem a pagar essas taxas fora da região do Algarve. Parece-me! Aquilo que nós pedíamos, era que a Câmara Municipal reconsiderasse, retirar a região do Algarve, porque é limitativo. Está a isentar, por um lado, e por outro lado está a penalizar. -----

Rui Serôdio - Queria saber qual o valor que estas despesas de transporte contribuem para a Câmara, anualmente, se souber? -----

Marcos Bila, Secretário da Junta de Freguesia de Albufeira - Voltando atrás, ao artigo 6º alínea b), referente aos clubes e associações, quando foi proposto

acrescentar no âmbito os escalões de, escolas, infantis, iniciados, juvenis e juniores. As pessoas estão-se a esquecer se isto for em função da redacção que aqui está, as modalidades não se regem todas com a mesma denominação nos escalões. Por exemplo, assim como está é futebol. Os juvenis no basquetebol são cadetes. Escolas não existem no basquetebol, são minis. Se formos jogar com esta denominação, quando aparecer uma requisição a solicitar transporte para uma equipe de cadetes, pura e simplesmente é rejeitada porque não existe. A situação mais abrangente aqui era, escalões de formação, porque salvaguardava todas as modalidades em função das nomeações aos calões de competição. É muito mais abrangente. -----

Presidente da Assembleia - Esta assim colide com a proposta do Paulo Freitas. Mantém a proposta ou retira? -----

Paulo Freitas - Retiro a proposta! O objectivo está conseguido, que é salvaguardar a formação. -----

Presidente da Câmara - Responder ao Rui Bernardo. As verbas com os Clubes e Associações rondam anualmente os quinhentos mil euros. Este n.º5, salvaguarda a Juntas. E há uma coisa clara, o Presidente da Junta de Freguesia assim o referenciou, as Juntas de Freguesia nunca deixaram de fazer viagem nenhuma, nem deixarão de fazer! Mas, as regras têm de começar a serem definidas. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação das propostas, primeiro à da Câmara Municipal tal como veio e seguidamente as de alteração. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA C.M.A. -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) David Martins -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Nelson de Melo, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Marcos Bila. -----

Ausências: duas (02) José Sequeira e, Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA (A) - apresentada pela bancada do PS, Retirar h) do art.2º

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, David Martins, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Nelson de Melo, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Marcos Bila. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA (B) - apresentada pelos Presidentes de Juntas de Freguesia, Retirar "*região do Algarve*" do n.º2 do art.6º -----

Votos Contra: doze (12) Carlos Silva e Sousa, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista e Ana Pífar. -----

Abstenções: uma (01) Marcos Bila. -----

Votos a favor: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, David Martins, Francisco Oliveira, Nelson de Melo, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro -----

Ausências: zero (00) -----

O membro Fernando Neves não exerceu direito a voto. -----

A proposta foi reprovada -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA (C) - apresentada pelo Secretário da Junta de Freguesia de Albufeira Marcos Bila, Substituir "... escalões de iniciados, juvenis e juniores" por "... escalões de formação" -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, David Martins, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Nelson de Melo, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma, Marcos Bila e Francisco Guerreiro -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO QUARTO

 Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Constituição do Direito de Superfície a favor da Associação Sócio-Cultural e Recreativa Amigos da terceira Idade de Albufeira - prédio sito na freguesia de Ferreiras, nos termos da alínea i) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei n.º5º/2002 de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Paulo Freitas - Propomos que se altere o antepenúltimo parágrafo de reversão, definindo-se concretamente o que se entende por inactividade definitiva ou meramente temporária com limites de tempo fixados, apresentado a seguinte redacção: "- se verifique inactividade, definitiva ou meramente temporária, que se entendem, respectivamente, por períodos de dois anos ou de um ano, não utilização do espaço edificado ou, ainda cessão da prossecução do respectivo objecto social pela Associação". É na alínea h). (doc.5). -----

PROPOSTA
DA BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA NA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE ALBUFEIRA.

Propomos que se altere o antepenúltimo parágrafo das cláusulas de reversão, definindo-se concretamente o que se entende por inactividade definitiva ou meramente temporária com limites de tempo fixados, apresentando a seguinte redacção:

“ – se verifique inactividade, ~~definitiva ou meramente temporária, que se entendem, respectivamente, por~~ ^{pelos} períodos de dois anos, ~~ou de um ano~~, não utilização do espaço edificado ou, ainda cessação da prossecução do respectivo objecto social pela Associação”.

Albufeira, 14 de Maio de 2007

Presidente da Assembleia - Isto é na parte das cláusulas de reversão. No fundo, definir o que é a inactividade, definitiva ou temporária, se não ficamos sem saber o que é. Em dois anos, considera-se definitiva e, um ano, será temporária. Significa que, ao fim de um ano houver inactividade, funcionará como cláusula de reversão para o município. Mas pode-se dar outro texto. Pode haver outra proposta. Acho que se deve esclarecer este conceito inactividade. -----

Fernando Cabrita - Se passa a ser temporária, ao fim de um ano, já acabou. Já não precisa haver definitivo. Por isso é que se deveria por só inactividade e definir quanto tempo é. -----

Presidente da Assembleia - Quanto é que vos parece que seja o tempo a fixar? Dr. Paulo, aceita que se altere o documento, nesse sentido? -----

Fernando Cabrita - É que se, efectivamente, se considera inactividade temporária, um ano, já não vale a pena irmos para a definitiva! -----

Presidente da Assembleia - Percebi. A alteração que propõe é que se fixe o prazo de dois anos. O Dr. Paulo Freitas aceita a alteração? -----

Paulo Freitas - Sim. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa às votações, primeiro a proposta da C.M.A., seguida da proposta de alteração. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA C.M.A. -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, David Martins, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Nelson de Melo, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Marcos Bila -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, David Martins, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Nelson de Melo, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Marcos Bila -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal Regulamento de Exploração e Funcionamento da Estação Central de Camionagem de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Quero fazer aqui referência, a um erro dactilográfico, com certeza, porque se lermos a primeira epígrafe e a epígrafe do artigo 2º, são ambos idênticos. Deve ter havido aqui lapso. -----

Presidente da Assembleia - O primeiro está correcto, o segundo, não faço ideia o que poderá ser. -----

Francisco Oliveira - "Organização e disciplina dos Serviços"? -----

Presidente da Assembleia - O Dr. Oliveira propõe a sua alteração? "Organização e disciplina dos serviços". -----

Francisco Oliveira - Sim! -----

Presidente da Assembleia - Conclui-se que é um erro manifesto, e inclui-se já na proposta a rectificação que o Dr. Oliveira propôs. -----

Fernando Neves - Pergunto, quem são os proprietários do terreno onde está instalada a Central de Camionagem? -----

Presidente da Câmara - Os terrenos são da Câmara Municipal. Foi cedência à Câmara, com base num protocolo. Há cerca de quatro anos. -----

Fernando Neves - Não me lembro de ter vindo à Assembleia Municipal algum protocolo de cedência de terrenos. -----

Presidente da Câmara - Foi na base de todo um processo. -----

Fernando Neves - A resposta não me convence. Se foi há quatro anos, esse assunto não veio à Assembleia Municipal, porque, de início eu fiz a pergunta e disseram-me de quem era o terreno, era do Sr. Marrachinho. -----

Presidente da Câmara - Todos aqueles terrenos são do Sr. José Manuel Marrachinho, dele e do irmão. E eles, em tempos, já tinham cedido terreno para a estrada e no Plano Director Municipal, está lá prevista a Estação de Camionagem. Aquele terreno foi cedido por protocolo, como foram cedidos outros terrenos, ao longo dos últimos anos, nomeadamente onde está o Centro de Saúde da Guia. -----

Fernando Neves - Normalmente, esses assuntos de protocolos de cedência, vêm à Assembleia. -----

Presidente da Assembleia - Quando é o Municipio a ceder. -----

Fernando Neves - Este é ao contrário. -----

Presidente da Câmara - Foi objecto de deliberação de Câmara. Aliás, a Câmara para candidatar esse processo, que foi financiado pela Direcção Geral de Transportes Terrestres, tinha de fazer prova de que o terreno era da Câmara, senão não havia financiamento. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencções: uma (01) David Martins -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Nelson de Melo, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: duas (02) Ricardo Silva e, Marcos Bila -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:25 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 15 de Maio de 2007 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

